



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOSÉ FABIANO ZASSO**

**DESIGUALDADE SOCIAL: FATORES QUE CONDICIONARAM A  
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E COMO O MUNICÍPIO DE SALTO DO  
JACUÍ ESTÁ INSERIDO NESTE CONTEXTO**

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**JOSÉ FABIANO ZASSO**

**DESIGUALDADE SOCIAL: FATORES QUE CONDICIONARAM A  
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E COMO O MUNICÍPIO DE SALTO DO  
JACUÍ ESTÁ INSERIDO NESTE CONTEXTO**

Monografia submetida ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para  
obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DESIGUALDADE SOCIAL: FATORES QUE CONDICIONARAM A  
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E COMO O MUNICÍPIO DE  
SALTO DO JACUÍ ESTÁ INSERIDO NESTE CONTEXTO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 9125 – Monografia

Por: José Fabiano Zasso

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**JOSÉ FABIANO ZASSO**

**DESIGUALDADE SOCIAL: FATORES QUE CONDICIONARAM A  
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E COMO O MUNICÍPIO DE  
SALTO DO JACUÍ ESTÁ INSERIDO NESTE CONTEXTO**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 9,0 (nove) ao aluno José Fabiano Zasso na Disciplina CNM 9125 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis, 05 de julho de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Presidente

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carmem R. O. Gelinsk  
Membro

---

Prof. Dr. Marcelo Arend  
Membro

*Dedico este trabalho a...  
Cristina, minha esposa, companheira,  
Amiga e principal incentivadora  
Ana Luiza e Luigi meus filhos  
Que sempre privilegiaram minha educação.  
Maria Nilza, minha mãe,  
Sempre compreensiva e dedicada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por iluminar o meu caminho e ter dado força espiritual para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha esposa Cristina, por ser companheira nestas horas, e a meus filhos Ana Luiza e Luigi por me acompanharem nesta etapa da vida.

A minha mãe, Maria Nilza, pelo eterno orgulho e por todo o carinho.

Aos meus colegas e amigos.

Ao tutor Luciano, pelo apoio durante estes quatro anos.

Agradeço ao meu Orientador, o Professor Helton Ouriques, por me incentivar nas horas difíceis, e ter me orientado durante todo o processo de montagem deste trabalho.

A todos que não foram citados mas que de alguma forma me ajudaram na elaboração deste trabalho.

*"Há homens que lutam um dia e são bons.  
Há outros que lutam um ano e são melhores.  
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Porém, há os que lutam toda a vida.  
Esses são os imprescindíveis."*

Bertolt Brecht

## RESUMO

### **DESIGUALDADE SOCIAL: FATORES QUE CONDICIONARAM A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E COMO O MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ ESTÁ INSERIDO NESTE CONTEXTO**

Autor: José Fabino Zasso

Orientador: Prof Dr. Helton Ricardo Ouriques

Esta pesquisa aborda questões relacionadas a problemas sociais do Brasil, e tem como principal objetivo compreender a desigualdade histórica, social e econômica que contribuiu para a identificação de problemas sociais do país e a realidade social da cidade de Salto do Jacuí. O realidade atual do Brasil e da cidade de Salto Jacuí com suas dimensões foram consideradas neste estudo. O desempenho foi conduzido a partir da literatura com uma análise sobre as questões sociais e políticas com base em macro-econômica e histórica formação territorial do Brasil. Para conduzir o estudo foram coletados dados e informações nos diversos artigos publicados, livros, revistas, jornais, Internet, sites do governo, outros do IBGE e muitos dos que tornaram possível a sustentação teórica. Toda a forma de dados estudados e analisados por meio de técnicas quantitativas e qualitativas. O trabalho foi dividido em três etapas principais: a primeira parte de uma obra introdutória foi feito para focar o leitor sobre a abordagem proposta, as questões, os objetivos e as formas nas quais a pesquisa foi realizada. Na segunda parte do trabalho foram informações solicitadas e dados históricos da formação do território brasileiro com um olhar reflexivo sobre os problemas sociais e políticas públicas no Brasil. Na última parte da pesquisa foi abordado o problema da desigualdade social na cidade de Salto do Jacuí /RS. A pesquisa revelou que no Brasil o problema da sociedade desigual é sério e deixou as margens muitos brasileiros da sociedade que não têm acompanhado o desenvolvimento, esta situação está ligada questões históricas, e embora tenha sido desenvolvido programas de políticas públicas, estas não ter um impacto transformador da realidade social. Na cidade de Salto do Jacuí também foram evidenciado pelos dados que mostram a situação de desigualdade social que afeta e prejudica o desenvolvimento local. Na cidade de Salto Jacuí questões de desigualdade social foram encontradas ligados a fatos históricos, e também a realidade atual, com o fechando da fábrica de calçados e na atividade de mineração aumentando o desemprego. Assim, pode-se dizer que a realização deste trabalho atingiu os seus objetivos satisfatoriamente .

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

<b>Gráfico 1</b>	Comparativo da Distribuição de renda no Brasil por salário mínimo.....	17
<b>Gráfico 2</b>	Comparativo da Distribuição de renda no Brasil, Rio Grande do Sul e Pára .....	18
<b>Gráfico 3</b>	Valor do SM em valores constantes de janeiro /2012 .....	19
<b>Figura 1</b>	Mapa Mundial da distribuição de renda .....	20
<b>Gráfico 4</b>	Razão entre os 10% mais com os 10% mais pobres do Brasil e alguns países .....	21
<b>Gráfico 5</b>	Percentual de Famílias que recebem o auxílio Bolsa Família .....	30
<b>Gráfico 6</b>	Distribuição de renda no Município de Salto do Jacuí .....	31
<b>Gráfico 7</b>	Rendimento mensal familiar per capita: comparativo entre os Municípios de Salto do Jacuí, Tapera, Cruz Alta e Espumoso .....	32

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** Programas de transferências condicionadas na America Latina ....24

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>03</b>
<b>1.1 TEMA E PROBLEMA.....</b>	<b>04</b>
<b>1.2 OBJETIVOS .....</b>	<b>06</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	06
1.2.2 Objetivos específicos .....	06
1.2.3 Justificativa.....	07
<b>1.3 METODOLOGIA .....</b>	<b>08</b>
1.3.1 Caracterização da pesquisa.....	08
1.3.2 Plano e instrumentos de coleta de dados.....	09
<b>2 BRASIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
2.1 Problemas sociais no Brasil .....	12
2.2 Políticas públicas e desenvolvimento social .....	16
2.2.1 A Realidade dos Problemas Sociais no Brasil .....	16
2.2.2 Políticas Públicas no Brasil: avanços e contradições.....	21
<b>3 SALTO DO JACUÍ: OS PROBLEMAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO .....</b>	<b>28</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>37</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Foi no início do século XVIII, que o capitalismo com a ajuda da industrialização começou a desenvolver-se dando origem desta forma, as relações entre o capital e o trabalho. Neste novo cenário, capitalista, surgiram pelo menos duas classes, o grande patrão, e o trabalhador assalariado. Ainda nos dias atuais, sociedade vive a fase da modernidade capitalista, de acordo com Giddens, (1991, p.16): “A ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições”. A partir deste sistema econômico, muitos problemas sociais podem surgir entre eles às desigualdades sociais.

No Brasil é visível a existência de desigualdades sociais que são de privilégios e desvantagens entre indivíduos. Neste sentido, Brígido (2010) destaca que o Brasil tem o terceiro pior Índice de Gini entre 0,50 e 0,54, este índice mede o nível de desigualdade e, quanto mais perto de 1, mais desigual em relação ao mundo. Ainda segundo dados do IBGE (2010) um dos indicadores desta desigualdade é a má distribuição de renda, onde 78,2% da população brasileira ganha de  $\frac{1}{2}$  até dois salários mínimos, que 7,2% ganham entre 2 e 3 salários mínimos, um baixo percentual de 5,33% da população ganham mais de 3 a 5 salários mínimos e somente 2,12 % ganham mais de cinco salários mínimos. As raízes de todos os problemas sociais podem estar diretamente ligadas aos problemas econômicos, que acabam deixando indivíduos à margem da sociedade, pois as dificuldades econômicas geram baixa expectativa de vida, mortalidade infantil, condições precárias de moradia e infra-estrutura, analfabetismo, dificuldades de acesso a educação e a saúde.

A miséria do Brasil é uma das maiores do mundo, em um país com uma boa distribuição de renda, o coeficiente de Gini deve estar entre 0,20 a 0,30, como exemplo do Japão, e alguns países da Europa. Assim, no Brasil, muitos problemas sociais são visualizados em decorrência desta disparidade econômica, que pode ser percebida em cada região. Teorias apontam que este cenário brasileiro tem sua origem ligada a fatos históricos sobre a formação e colonização do território, tais como: falta de políticas públicas para a inclusão social da massa populacional vinda abruptamente do processo escravista; o processo de industrialização de cunho concentrador; a divisão de terras em latifúndios e voltada para uma minoria; as baixas taxas de absorção e remuneração da mão de obra e crises econômicas acompanhadas

por longos períodos inflacionárias, mais sentidas pelas classes menos favorecidas (MARTINS, 2008).

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar alguns fatores que ao longo da história da formação do território brasileiro condicionaram a atual situação de desigualdade social, no país. Ainda, como objetivo mais específico, foi realizada uma pesquisa sobre as desigualdades sociais existentes no Município de Salto do Jacuí/RS.

Na busca por alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa sobre fatos históricos relacionados à formação do território brasileiro e os modelos econômicos que acabaram desencadeando as citações de desigualdade social. Outro ponto que foi pesquisado está relacionado às políticas públicas criadas para a minimização de problemas de desigualdade social no país. Para a compreensão de todas estas questões buscou-se refletir sobre alguns dados de desigualdade social existente no Município de Salto do Jacuí/RS, usando como parâmetro os dados do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A realização da presente pesquisa é de grande importância para a compreensão da estruturação da sociedade brasileira e a tentativa de buscar informações sobre fatores que geraram desigualdades sociais. Além disto, será possível a visualização desta situação a nível local, com dados atualizados sobre o número de famílias que se encontram em situação de desigualdade social no Município de Salto do Jacuí. Acredita-se que pesquisar dados gerais sobre o tema e contextualizar os mesmos com dados locais é importante para conhecer melhor esta realidade social em que estamos condicionados.

## **1.1 TEMA E PROBLEMA**

Para esta proposta de trabalho que foi desenvolvida e será apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina foi definido como tema de pesquisa *“Desigualdade Social: fatores que condicionaram a desigualdade social no Brasil e como o Município de Salto do Jacuí está inserido neste contexto”*.

Assim, buscou-se desenvolver um trabalho de pesquisa tendo como principal método a pesquisa bibliográfica abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos, artigos acadêmicos, dados estatísticos, indicadores sociais e demais materiais que abordam o tema em estudo. Todo material analisado foi submetido a uma triagem, a partir

da qual foi possível estabelecer uma análise reflexiva e crítica com conclusões sobre o tema abordado.

Ao fazer uma análise geral sobre o território brasileiro, uma das mais marcantes características que pode-se observar é a enorme desigualdade social e econômica existente no país. Para Garcia (2003, p. 9):

O destino não estava traçado e o caminho não era único, ainda que o passado tenha o seu peso no presente. O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitânicas hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos.

Diante disto o cenário do país visto hoje, não poderia ser diferente, pois o que se apresenta nada mais é do que um reflexo da forma como os homens programam o território brasileiro, sua ocupação e exploração. Atualmente, mesmo com um grande crescimento econômico em todo o país, com destaques principalmente para algumas regiões, entre uma delas a região sul, o quadro de desigualdade social miséria e pobreza ainda é muito marcante.

Todas estas questões nos instigaram a desenvolver uma pesquisa tentando responder a alguns questionamentos, o primeiro deles é quais foram os fatos que marcaram a formação do território brasileiro podendo ter contribuído para a atual situação econômica que gerou tantos problemas sociais. Nesta parte da pesquisa foram buscados alguns dados históricos da formação do território brasileiro, assim como foi pesquisado sobre o modelo econômico capitalista e as transformações ocorridas no Brasil especialmente a partir de 1930.

Outra questão que foi foco de estudo refere-se a problemática das políticas públicas, ou seja, como os governantes tem desenvolvido programas buscando a minimização dos problemas sociais no Brasil. Para a realização desta análise foi buscado dados mais atualizados, sendo tomado como parâmetro uma análise sobre os programas de políticas públicas desenvolvidos pelo Governo Federal, como a bolsa famílias e quais foram os pontos positivos e negativos dos programas.

Outra problemática discutida neste trabalho consistiu em estabelecer quais são os reflexos das desigualdades sociais no Município de Salto do Jacuí/RS. Depois de conhecer alguns dados gerais a nível de país sobre a desigualdade social foi realizado um estudo a nível local, onde pode ser explorados dados do programa Bolsa Família do Governo Federal e a partir dos dados criados tabelas comparando-se: renda per capita, números de famílias do

Município, número de famílias com vulnerabilidade social, dados econômicos do Município e outras questões que ajudaram na compreensão dos conceitos que envolvem o tema em estudo.

Diante de todas estas questões surgiu como problema central de estudo a seguinte indagação: Quais foram os fatores que desencadearam os problemas sociais do Brasil e como o Município de Salto do Jacuí/RS encontra-se neste contexto?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Compreender fatores históricos, sociais e econômicos que contribuíram para desigualdade social no Brasil identificando a realidade e os problemas sociais do Município de Salto do Jacuí.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Identificar e analisar fatores que ocasionam a desigualdade social no Brasil e no Município de Salto do Jacuí;
- Compreender o Programa Bolsa Família.
- Conhecer a realidade da desigualdade social no Município de Salto do Jacuí e as mudanças positivas ou negativas que ocorrem nos últimos anos;
- Realizar uma análise crítica sobre os dados obtidos na pesquisa chegando a conclusões sobre algumas possibilidades que podem levar o país a uma distribuição mais igualitária de renda, para minimização dos problemas sociais.

### 1.2.3 Justificativa

O Brasil está classificado entre os primeiros países do mundo em desigualdade de renda, conforme mostra o dados do IBGE (2010) onde mais de 2/3 da população recebe entre  $\frac{1}{2}$  salário até 2 salários mínimos. A esta desigualdade de renda, muitos dão o nome de desigualdade social. Para Barros e Mendonça (1997) a desigualdade social é uma ligação entre as relações econômicas, o desenvolvimento do país e as formas de distribuição de renda. Neste mesmo ponto de vista, Camargo (2011) conceitua a desigualdade social como sendo um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, até desigualdade de escolaridade, de renda, de direito a saúde, educação, etc. É neste cenário de desigualdades que o Brasil há anos vem buscando a superação de suas dificuldades econômicas e uma melhor distribuição de renda.

Frente a isto, um dos motivos que me levou a pesquisar sobre o tema proposto foi o interesse em compreender como o Brasil chegou à posição de um dos países com maior índice de desigualdade social do mundo. Segundo alguns dados, o País encontra-se dividido em pelo menos três classes, sendo que um terço da população do Brasil vive em condições de vida em nível de europeus, desfrutando riquezas e privilégios supremos, enquanto que outro terço da população brasileira vive em condições de extrema pobreza e miséria, ainda existe mais um terço intermediário que se aproxima mais do inferior do que do superior (JAGUARIBE, 2008).

Ainda a curiosidade sobre os problemas de desigualdade social no Município de Salto do Jacuí, foi outro fator estimulante para a realização da presente pesquisa. Como o Município tem uma base econômica fortemente centrada na agricultura com a produção de grãos, na agropecuária com a criação de gado e também é Município conhecido como a “Capital da energia elétrica” pela geração de energia elétrica, com duas usinas em funcionamento, acreditou-se que seria oportuno investigar como encontra-se a realidade social do Município.

Outro fator que nos estimulou a desenvolver este trabalho foi a possibilidade de, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa teórica, poder chegar a conclusões sobre possibilidades administrativas que podem ser tomadas para minimizar os problemas de desigualdade social no Brasil. Partindo de uma análise sobre os pontos positivos que os programas sociais têm trazidos na busca pela distribuição de renda de forma mais igualitária no País.

Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho, é de grande importância, por pelo menos três motivos principais: ter uma visão atualizada sobre a situação de desigualdade social do Brasil; poder refletir sobre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento desta situação e a análise e sugestões de projetos que podem contribuir para a diminuição dos problemas de distribuição de renda no país.

Estudando os problemas sociais do Brasil e sua situação econômica, pode-se chegar a conclusões interessantes que puderam auxiliar na construção de conhecimentos do pesquisador e poderá ajudar as pessoas que deste trabalho tiverem acesso a compreender aspectos relevantes sobre a desigualdade social do Brasil.

E difícil compreender como um país que está em desenvolvimento, pode também crescer a miséria, as disparidades sociais (educação, desemprego, renda, saúde). Assim, a fome a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violências são os alarmantes problemas desencadeados pelos problemas de desigualdade social no Brasil. É preciso conhecer os fatos de formação do território no passado, para compreender a realidade atual e poder identificar soluções para minimizar os problemas. A realização deste trabalho de pesquisa pode contribuir para uma visão geral de como é atualmente as desigualdades sociais no país, oferecendo uma proposta de reflexão sobre o modelo econômico capitalista que pode ser o principal agente da situação econômica do país e como as políticas públicas podem amenizar as desigualdades sociais do Brasil.

## **1.3 METODOLOGIA**

### **1.3.1 Caracterização da pesquisa**

Toda a pesquisa, deve ter metodologias definidas como orientação dos procedimentos e de etapas a serem cumpridas dentro do processo de construção do trabalho. Na concepção de Gil (1999, p. 42) a pesquisa, trata-se de um “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Assim, os métodos de abordagem situam-se em métodos claramente distintos, nos quais a sua contribuição está na busca de distinção de termos. Assim o método se caracteriza por uma

abordagem ampla dos fenômenos da natureza e da sociedade (LAKATOS E MARCONI, 1991).

Esta pesquisa foi baseada no método de pesquisa bibliográfica, com o objetivo mais de entender algumas questões de desigualdades social no Brasil e estudar a realidade social do Município de Salto do Jacuí/RS. Segundo Gil (1999, p. 65) a principal vantagem de uma pesquisa bibliográfica é “o fato de exigir do pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, além de poder ser realizada a partir de um material já elaborado, facilitando a pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica também realizou-se a pesquisa documental, com objetivo de coletar dados sobre o Município de Salto do Jacuí. Segundo Lakatos e Marconi (1991), uma coleta de dados de documentos escritos ou não, que pode ser feita no momento em que o fato ocorre ou depois.

Na visão de Gil (1999, p. 66) a pesquisa documental quanto a seu desenvolvimento é:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, de que algumas formas já foram analisadas, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Usando a pesquisa bibliográfica e documental acredita-se que foi possível atingir os objetivos e responder a problemática inicialmente proposta.

### **1.3.2 Plano e instrumentos de coleta de dados**

Na pesquisa bibliográfica, em um primeiro momento, conforme já visto, foram buscadas informações em pesquisas já realizadas por outros autores sobre a formação do território brasileiro e os fatores que contribuíram para o atual modelo econômico do país, usando livros, revistas, artigos publicados, Internet periódicos, jornais demais a fontes de dados encontrados.

Neste contexto, em uma segunda etapa, que será abordado a seguir, o trabalho trás uma pesquisa que buscou informações sobre os programas de políticas públicas desenvolvidos

pelo Governo Federal para minimizar os problemas de desigualdades sociais. Nesta parte da pesquisa o trabalho de coleta foi mais restrito a informações extraídas de sites das secretarias federais com o objetivo de encontrar informações sobre quais foram os principais programas sociais desenvolvidos como a Bolsa Família .

Como última parte do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental junto a Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí. Na parte documental foram pesquisadas leis de instituição e formação do município, relatórios de agentes de saúde com o objetivo de investigar o número de famílias cadastradas no Município. Outra fonte de pesquisa utilizada foram os dados estatísticos do Programa Bolsa Família, buscando verificar quantitativamente o número de Famílias cadastradas no cadastro único e número de beneficiários do programa no Município de Salto do Jacuí. Ainda nesta parte do trabalho foi necessário fazer algumas considerações sobre o que é o Programa Bolsa Família, e que critérios são usados pelo mesmo para o cadastro e concessão de benefícios assistências. A partir destes dados foram criadas tabelas e gráficos comparando-se a renda per capita e dados econômicos do Município, famílias em situação de vulnerabilidade social no Município.

Através deste plano metodológico foi possível desenvolver o trabalho de pesquisa, pois acredita-se que os métodos empregados estão de acordo com a propostas a ser desenvolvida.

## **2 BRASIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO**

Ao abordar as questões sociais do Brasil é necessária uma breve análise sobre a formação do território brasileiro e sua evolução econômica.

De acordo com Vianna (2007) o desenvolvimento do Brasil, ou seja, sua transformação econômica passou por duas fases distintas, que formam os principais momentos de transição econômica: a transição do trabalho assalariado, no século XIX para a formação do sistema industrial no século XX.

Dentro destas duas fases o país desenvolveu algumas atividades econômicas, tais como a economia colonial (1500- 1822) que girava em torno da produção de gêneros primários voltados, em sua maior parte, à exportação e às necessidades da metrópole portuguesa. Dentre as atividades econômicas, no século XVI o país também realizou a exploração do pau-brasil que nesta época era o motor da economia. Aos poucos com a escassez da matéria prima o país foi diversificando suas atividades econômicas (LINHARES, 2000).

Com o desenvolvimento do território, as atividades econômicas foram sendo mais diversificadas como, o cultivo da cana-de-açúcar, início de atividades pecuárias. Em meados de 1740 a 1750 já no século XVIII, o Brasil passou a desenvolver também as atividades de mineração, extração de ouro para exportação (FURTADO, 1976).

Neste período de evolução das atividades econômicas no Brasil outra fase importante nos remete aos anos de 1880, período em que aconteceu a crise da abolição da escravidão e formou-se um novo sistema de trabalho, o trabalho assalariado. Como até o início dos anos 80 os elementos de mercado da economia brasileira basearam-se na produção de produtos primários para exportação com a abolição da escravidão houve uma grande crise nacional neste período.

Em 1930, num panorama global, uma nova realidade econômica foi visualizada no Brasil: a Revolução Industrial. De acordo com Vianna (2007, p. 106) “Com a Revolução de 1930, o país se coloca no rumo da modernização econômica e social”, o mesmo autor ainda nos coloca sobre esta época que “[...] de fato se inaugura uma nova etapa na formação histórica nacional, em particular no que diz respeito à configuração do Estado e à sua participação na vida política e econômica”.

Para Francisco Oliveira (1981, p. 14):

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizaria é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente.

Desde o início da história econômica do Brasil, o país passou por muitas fases, e a revolução industrial de 1930 talvez tenha sido o marco mais importante das mudanças econômicas do país. Pois, foi a partir das mudanças trazidas pela industrialização que o Brasil vivenciou a maior fase de seu desenvolvimento econômico.

## **2.1 Problemas sociais no Brasil**

Todo o desenvolvimento econômico, segundo Martins (2008, p. 9), gera consequências para o desenvolvimento social, muito além de suas possibilidades, como ocorre nos países de terceiro mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina. Compromete profundamente a sua própria durabilidade e, de alguma forma, abre o abismo de sua própria crise (Martins, 2008).

Se por um lado o desenvolvimento econômico é bom para o país, por outro lado é conflitante, pois são geradas muitas conseqüências como os problemas de desigualdade social, contudo, Furtado, (1992, p. 12), nos ensina:

O que permitia aos brasileiros conviver com as gritantes injustiças sociais era o intenso dinamismo da economia. Muitos observadores [...] descobriam nesse dinamismo uma fonte de legitimidade para um sistema de poder que gerava tantas injustiças. Outros (entre os quais me incluo) consideravam que o preço social que estava sendo pago pelo desenvolvimento era exorbitantemente elevado [...]. Mas, pelo menos sobre um ponto, havia consenso: interromper o crescimento econômico não contribuiria senão para agravar os problemas sociais.

No Brasil, o desenvolvimento foi: econômico e político, com pouco desenvolvimento social e a grande massa da população brasileira ficou à margem do desenvolvimento. Neste enfoque, Bresser (2003, p. 31) complementa afirmando que:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações.

As conseqüências das desigualdades sociais em cada país a partir de um período de desenvolvimento necessitam de políticas públicas para (re)equilibrar a sociedade. Dessa forma, Para Cardoso JR e Jaccoud (2010, p. 6), colocam “As demandas por proteção social e por igualdade organizam-se, contudo, de forma diferenciada em cada sociedade, e interagem em função de sua dinâmica econômica, e de seu sistema político”.

No Brasil, os reflexos da industrialização e do desenvolvimento econômico começaram a ser sentidos nas questões sociais especialmente a partir dos anos de 1950, conforme Martins (2008, p. 173):

No final dos anos cinquenta, torna-se evidente um novo modelo de sociedade, o de que cada um é o que tem. Neste novo modelo desaparece a esperança, utopia de raiz conservadora, como fundamento dos processos de interação social e de participação política.

A partir destas questões questionam-se quais vêm sendo as iniciativas no Brasil para superar a desigualdade social? Ainda nas palavras de Martins (2008, p. 173), existem muitos descasos por parte daqueles que são os administradores deste novo desenvolvimento que gerou o capitalismo.

De acordo com Fonseca (2009) As grandes mudanças do centro dinâmico da economia brasileira tiveram sua origem partir do processo de substituição de importações que teve seu início ainda no Governo de Getulio Vargas. Nessa época o Governo passou a comprar o excedente de café do setor cafeeiro, essa compra era somado com o imposto sobre as exportações e o café excedente era destruído.

Nesse enfoque, sobre o modelo de industrialização por substituição de importações Bresser Pereira (1973, p. 122) complementam:

A industrialização brasileira realizou-se de acordo com esse modelo de desenvolvimento. A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em

torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas.

Nesse modelo econômico promovido pelo Governo Vargas criaram-se características de uma industrialização fechada, interna que dava prioridade para o mercado interno, a forma de substituição de importações buscava proteger a indústria nacional da concorrência internacional.

Para Lima (2011, p. 34):

O primeiro passo na industrialização foi o modelo de substituição de importações, voltado majoritariamente para o atendimento do mercado interno e viável para o terceiro Mundo enquanto o mercado mundial estava desarticulado e o comércio estagnado como resultado da Depressão dos anos 1930.

Como resultado da estagnação das importações o país sofreu graves consequências econômicas, já que não era dada abertura as importações e garantias políticas para as multinacionais. Esse cenário econômico começou a ser mudado a partir do Governo Militar em 1964, conforme explica Lima (2011, p. 35):

O regime militar instaurado pelo golpe de 1964 buscou alternativas ao modelo de substituição de importações que impulsionou aproximadamente 30 anos de elevado crescimento econômico que caracterizaram a economia do País desde os anos 1930. [...] o regime militar passou a oferecer vantagens maiores às multinacionais, além de garantias econômicas e políticas. Também foi iniciada uma política de crédito que priorizava o capital estrangeiro e oferecia incentivos às exportações de manufaturados, em benefício deste mesmo capital. Além, é claro, do baixo preço da mão-de-obra.

No regime militar o que se buscava era uma política diferenciada na tentativa de superar o modelo de substituição das importações. De acordo com Bresser Pereira, (1973, p. 134), o modelo econômico do Governo Vargas onde o plano político era voltado ao “[...] o populismo, o nacionalismo desenvolvimentista, e a tentativa de atribuir a liderança econômica e política do país à classe em ascensão dos empresários industriais” foram definitivamente superados. Bresser Pereira, (1973, p. 134), trazem uma visão do que realmente estava representado o regime militar na economia brasileira da época.

[...] o coeficiente de importações não está mais baixando. Pelo contrário, tende a aumentar. Nossa pauta de exportações não permanece estagnada nem quantitativa, nem qualitativamente. Pelo contrário, nossas exportações aumentaram de uma forma dramática a partir de 1966 e nossa pauta de exportações diversificou-se rapidamente, com um grande crescimento da exportação de manufaturados. Alguns produtos estão ainda tendo sua importação sendo substituída pela produção interna, mas o fator

dinâmico do desenvolvimento industrial brasileiro deixou de ser o processo de instalação de novos setores industriais e conseqüente substituição das importações por produção nacional. Baseia-se agora no crescimento do mercado interno e externo e no aprofundamento dos setores industriais já instalados.

Superado o modelo de substituição de importação os desafios do Governo militar passaram a serem outros como explica Lima, (2011, P. 36): “[...] combater a inflação, reduzir o gasto público e ajustar a política salarial em favor do capital, alterando substancialmente a concentração de renda nacional.

Nesse sentido, novas estratégias e novos planos foram criados, o Governo Castello Branco adotou o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo, que defendiam uma política monetária rigorosa, capaz de controlar os preços e limitar poder de compra. Essas políticas de ajuste trouxeram condições necessárias “para a consolidação do modelo de acumulação resultando no “milagre”, que propiciou maiores taxas de crescimento estimuladas pelos setores favorecidos pelo regime e também pelo endividamento externo (LIMA, 2011).

Uma nova crise econômica surgiu nos anos 80, segundo Oliveira (2005, p. 86):

A década de 1980, para muitas economias da América Latina, dentre as quais a brasileira foi considerada como um período de perdas. Estas perdas ocorreram principalmente em razão das transferências para o exterior de recursos reais provocando a deterioração dos indicadores sociais. A década seguinte apresentou intensas mudanças com reformas estruturais que transcenderam a coincidência de calendário e se apresentam extremamente ricas de informações merecedoras de estudos, muitas das quais permanecerão como objeto de análise ainda por muito tempo.

Sobre as características econômicas das duas décadas (1980 e 1990) e suas conseqüências para a economia do país Oliveira (2005, p. 84) explica ainda as diferenças existentes nesses dois períodos:

A década de 1980, o país havia mergulhado no processo progressivo de agravamento de instabilidade da economia com a deterioração crescente dos meios de pagamento em razão da disparada da inflação e das medidas tomadas para sua contenção. Já a década de 1990, ao contrário, teve seu início marcado por profundas reformas estruturais que mudariam para melhor seu perfil de crescimento econômico, principalmente no período entre 1995 e 1999. Estas reformas consistiram na abertura comercial, com a queda das barreiras tarifárias e não tarifárias e a abertura ao mercado financeiro internacional que levariam os indicadores da economia brasileira aos índices aceitáveis às exigências contidas no acordo stand by a ser firmado com FMI.

A fase econômica que o país atravessou entre o período do Governo Getulio Vargas até a década de 1990, ainda tem seus reflexos na situação econômica do Brasil hoje. Toda

essa fase transitória econômica pode ser resumida através das palavras de Pereira (1997), o autor explica que entre os anos 30 e os anos 60 do século passado o país passou por fortes mudanças que ocasionaram desenvolvimento econômico e social. A partir dos anos 70 com o processo de globalização uma nova crise afetou o país reduzindo a as taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação, contudo os anos 90 novas políticas possibilitaram a reconstrução do país.

Diante de todas essas constatações, acredita-se que o novo cenário econômico do país que se configurou, especialmente a partir da metade do século passado, foi responsável por muitos fatores sociais, onde as características e as exigências do mercado de trabalho, deixaram um número crescente de pessoas nas condições de seres descartáveis em face destes novos modelos econômicos. Assim, nesta nossa sociedade, o desenvolvimento social está cronicamente descompassado em relação ao desenvolvimento econômico, talvez esteja na educação a grande força renovadora onde a adaptação e qualificação da mão-de-obra possa atingir as exigências do mercado e devolver minimizando assim grande parte das diferenças sociais.

## **2.2 Políticas públicas e desenvolvimento social**

### **2.2.1 A Realidade dos Problemas Sociais no Brasil**

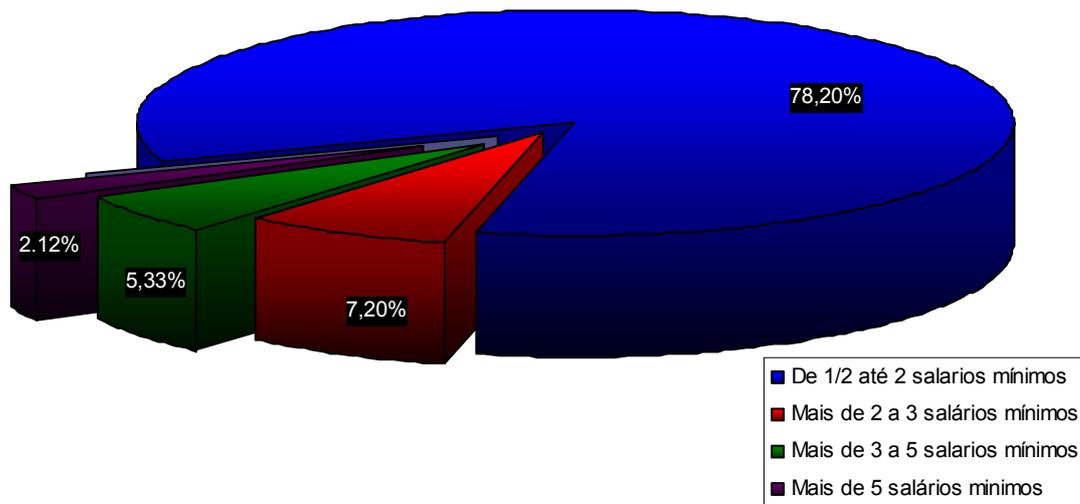
A crise social de hoje tem raízes bem profundas na história do desenvolvimento econômico do Brasil. Neste sentido, Bacha (1976, p. 15), explica:

[...] a extrema desigualdade na distribuição da renda do país tem fundas raízes históricas, que remontam ao padrão monopólico de apropriação da terra no Brasil Colônia. A concentração de renda se projeta do campo para a cidade ao criar uma fonte permanente de suprimento de mão-de-obra a salários reduzidos para a indústria. [...] Ademais, a concentração de renda tende apenas a agravar-se com a continuação do crescimento econômico, mantida a estrutura agrária e o padrão de industrialização dependente.

As desigualdades sociais do Brasil e o número de famílias vivendo em situações de extrema pobreza na atualidade são problemas sociais marcantes no país.

Um dos indicadores desta desigualdade é a má distribuição de renda do Brasil, Segundo dados do IBGE (2010), mais de dois terços da população brasileira recebe entre  $\frac{1}{2}$  e dois salários mínimos, conforme pode ser visualizado no gráfico 1:

**Gráfico 1 - Comparativo da Distribuição de renda no Brasil por salário mínimo.**

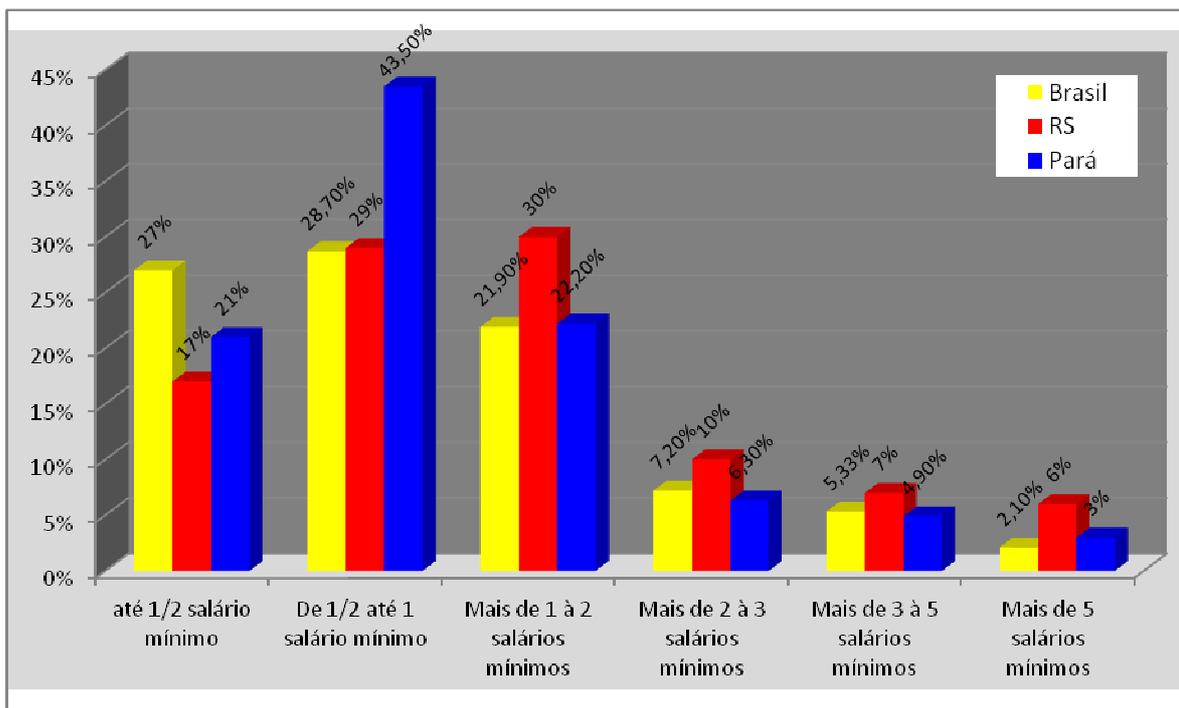


Fonte: Adaptado de PNAD (2009) (IBGE, 2010).  
Elaborado pelo autor

O gráfico 1, mostra que 78,2% da população brasileira ganha de  $\frac{1}{2}$  até dois salários mínimos, ainda pode ser visualizado que 7,2% ganham mais de 2 a 3 salários mínimos. Um baixo percentual de apenas 5,33% da população ganham mais de 3 a 5 salários mínimos e que somente 2,12% ganham mais de cinco salários mínimos. Conforme pode ser visto, a distribuição de renda no Brasil apresenta uma proporção muito desigual entre a população.

Já no gráfico 2 pode ser observada a distribuição de renda nas regiões do Brasil, comparado com alguns Estados brasileiros como o Rio Grande do Sul e o Pára. Pode-se perceber que no Rio Grande do Sul há uma maior concentração de renda em relação ao Brasil e ao Pára com pessoas que ganham mais a partir de dois salários mínimos, enquanto que no Pára a maior concentração de renda está limitada a 1 salário mínimo, chegando a 64,5% da população.

Gráfico 2 - Comparativo da Distribuição de renda no Brasil, Rio Grande do Sul e Pará



Fonte: Adaptado de PNAD, (2009) (IBGE, 2010).

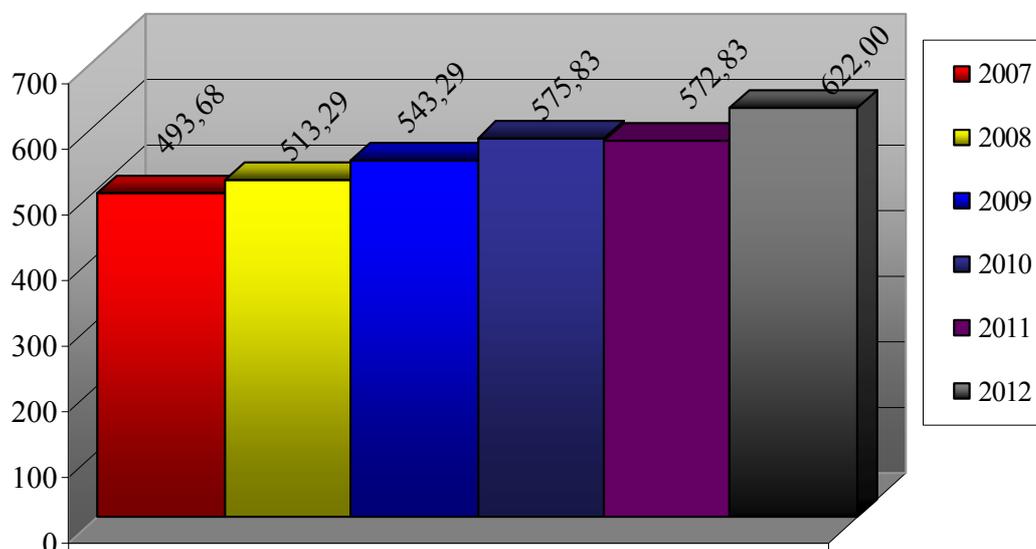
Elaboração do Autor

Com relação ao salário mínimo, o valor calculado pelo Dieese, que seria o valor mínimo necessário, corresponde a 4,32 vezes o valor do salário em vigor, valor este referente ao salário de outubro de 2011. Assim, para o brasileiro conseguir suprir suas despesas de alimentação saúde, moradia, educação, transporte e lazer, teria de ser de R\$ 2.349,26, muito aquém do valor atual do salário mínimo.

Podemos ver no Gráfico 3 a evolução do salário mínimo de 2007 a 2012, conforme a Constituição federal de 1988, este valor deverá suprir as despesas básicas como alimentação, moradia, saúde, educação, higiene, transporte, lazer e previdência. Comparado com o valor de alguns países, podemos ver que é um valor muito abaixo, com relação aos outros, como o de Luxemburgo com o valor de R\$ 4.557,38; da Irlanda com valor de R\$ 3.627,80 e da Bélgica com valor de R\$ 3.625,93, a Holanda com valor de R\$ 3.446,41 e a França com valor de R\$ 3.302,42<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Fonte: FedEE – Valor do salário Mínimo para os países europeus

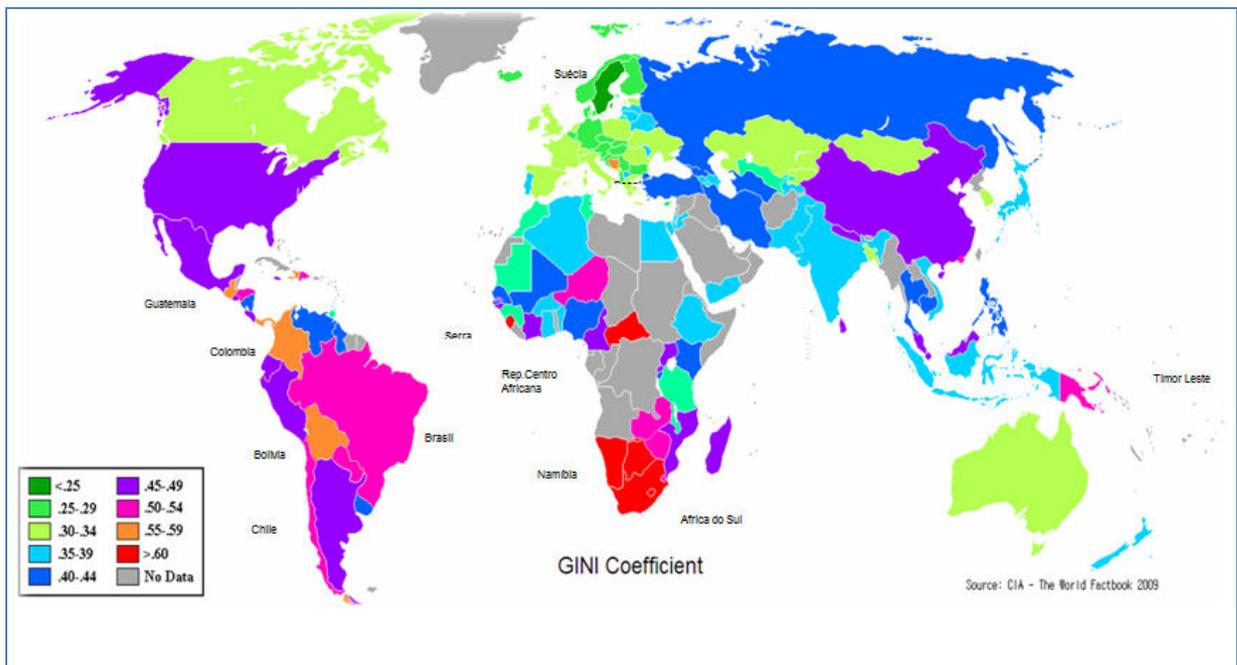
Gráfico 3 – Valor do SM em valores constantes de janeiro /2012.



Fonte: DIEESE (2011).  
Elaboração do autor

Ainda sobre os dados econômico e a distribuição de renda no Brasil, temos o coeficiente de Gini, um indicador de miséria que nos apresenta a realidade da situação do Brasil. No mapa a seguir com as escalas de distribuição de renda, e pode-se verificar que o Brasil é uns dos primeiros colocados em má distribuição de renda, pois apresenta um coeficiente de Gini entre 0,50 e 0,54, uns dos piores indicadores conforme este coeficiente. Para um país estar mais bem classificado em distribuição de renda o coeficiente de gini deve variar entre 0,20 a 0,30, como exemplo do Japão, e alguns países da Europa.

Figura 1- Mapa Mundial da distribuição de renda

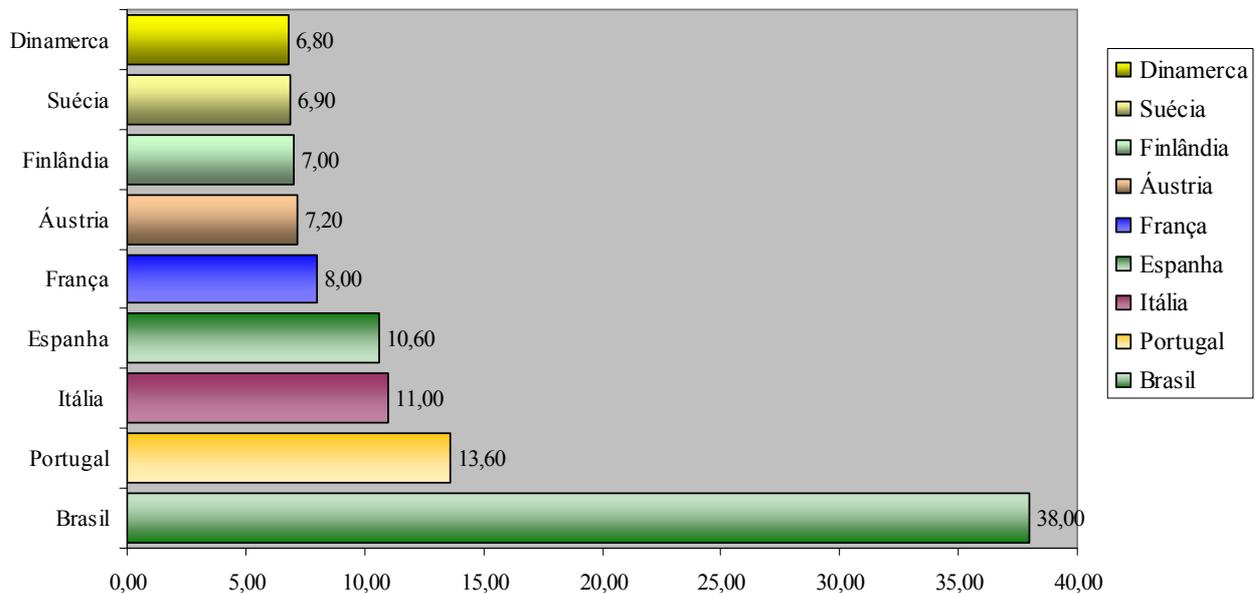


Fonte: Wikipédia(2008)

Este coeficiente tem diminuído no Brasil, mas de forma muito pequena, conforme dados do IBGE, em 2005 o coeficiente de Gini era de 0,569, em 2006 passou para 0,563, em 2007 para 0,556 e em 2009 o coeficiente de Gini apresentado era de 0,543.

Esta problemática da distribuição de renda pode ser vista ainda comparando os 10% da população mais rica com os 10% de população mais pobre. Essa razão apresenta o seguinte conceito: em cada dólar que uma pessoa situada dentre os mais pobres recebe representa um valor para os mais ricos. O gráfico 3 possibilita uma visão mais específica destes dados onde pode ser visualizado que os países desenvolvidos como com a Dinamarca, a Suécia e Finlândia esta razão esta em torno de 6 a 7 dólares, em outros países como a Espanha com 10,6 dólares, Itália com 11 dólares e Portugal com 13,6. A razão no Brasil esta em 38 dólares.

Gráfico 4 - Razão entre os 10% mais com os 10% mais pobres do Brasil e alguns países



Fonte: IPEADATA.  
Elaboração do autor

Para minimizar ou superar os problemas trazidos ao longo da história que desencadearam na situação atual de desigualdade social no Brasil são necessárias muitas ações governamentais voltadas não unicamente para a questão social, mas também para as melhorias na educação e saúde.

### 2.2.2 Políticas Públicas no Brasil: avanços e contradições

O que significa políticas públicas? É interessante trazer o seu conceito como forma de entendimento sobre seu significado e característica, para tanto, expõem-se as contribuições de Teixeira (2002, p. 2):

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Na pesquisa de Souza (2006, p. 24), ele traz algumas definições sobre políticas públicas na concepção de diversos autores:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

O dever de desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades da população é atribuído ao Governo Federal, Estadual e Municipal, para a recondução da nação. Neste enfoque cabe destacar que os municípios, através da Reforma Constitucional de 1988, foram reconhecidos como parte da federação, ao lado de estados e distrito federal, conforme o artigo 1º, tendo sua autonomia garantida pelo artigo 18 e assegurada, pela União, contra abusos dos governos estaduais (art. 34), assim também possuem autonomia para investir nos interesses que são locais (MAFFEZOLI, 2010).

Tais considerações implicam em uma necessidade na revisão da sistemática de repartição dos recursos fiscais, entre as três esferas de governo, visando ampliar a participação dos governos locais. Assim como rever a competência dos governos locais em matéria tributária, dando suporte financeiro efetivo ao conceito constitucional da autonomia, bem como praticando efetivamente o preceito de federalismo que norteia a constituição do Estado brasileiro (MAFFEZOLI, 2010). A partir destes critérios cada estado ou município poderá direcionar seus recursos para a implantação de políticas públicas sociais, aqui defendidas.

Assim, os governos municipais têm um importante papel nexo contexto, Ainda de acordo com as idéias de Maffezoli, (2010, p. 2):

Muito embora seja necessário e prudente reconhecer, em qualquer esforço analítico, o quadro de absoluta heterogeneidade em que se encontram os governos municipais, seja do ponto de vista dos recursos financeiros, humanos e infra-estruturais, seja de suas próprias práticas políticas, interessa-nos, ainda assim, recolocar a questão da autonomia do governo municipal, como acima definida, para nos auxiliar na reflexão sobre os limites e as potencialidades do processo de descentralização dos serviços básicos, no campo das políticas públicas sociais, tendo em vista um horizonte político de transformação social, na busca da construção de uma cidadania efetiva que incorpore a maioria da população brasileira, historicamente atingida por um longo e penoso processo de exclusão política, econômica e social.

Para Teixeira (2002, p.3), existem alguns tipos de políticas, para atender cada situação, assim, sua formulação e implantação e podem ser divididas de acordo com a sua necessidade para atender a cada situação. As políticas públicas podem ser de acordo com a natureza ou o grau de intervenção, quanto a abordagem das pessoas que recebem o benefício e também quanto aos impactos que venham a causar aos beneficiários ou o seu papel nas relações sociais. Quanto ao grau de intervenção as políticas públicas podem ser estruturais, que vão interferir diretamente na renda e no emprego e podem ser emergencial ou conjuntural que são aplicadas apenas em situações temporárias. Quanto a abrangência dos possíveis beneficiários, ela é universal quando ocorre para toda a população, quando atende apenas uma parte da população, ou seja, por idade ou condição física ela é segmentada e ainda quando atende uma parte deste segmento ela é fragmentada. Com relação aos impactos que as políticas públicas causam aos beneficiários, elas podem ser do tipo distributivas e ocorrem quando há distribuição de benefícios individuais, também podem ser redistributivas, e ocorrem quando há retirada de recursos de algum grupo para que seja beneficiado outro grupo, para que ocorra certo equilíbrio na distribuição, esta gera conflito e também existe a regulatória, que visam regular, com regras e procedimentos para atender interesses gerais da sociedade e não visam disponibilizar benefícios imediatos para a sociedade.

Segundo o autor, é necessário estudar o que se pretende com determinado programa ou com a criação de uma determina política.

No Governo Federal, nas últimas décadas vêm sendo desenvolvidos alguns programas voltados para a minimização dos problemas de desigualdade social. Programas também que buscam atender os casos mais críticos de miséria, com dados obtidos através do cadastro único, muitos programas sociais são criados e desenvolvidos.

Para a criação de política pública mais eficiente, o Governo Federal pode contar com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que trata-se de uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Entre os programas o que mais se destaca é o programa Bolsa Família. De acordo com informações extraídas do site do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como

objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Atualmente o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00.

No quadro 1 é possível verificar alguns dados referente a distribuição de benefícios de alguns do programas de transferências do governo, como o bolsa família no Brasil, com o número de beneficiados em cada país e com o percentual que atinge em cada país, pode-se perceber ver que o Brasil é o que oferece o benefício para o maior número de pessoas e também como o maior percentual com 23,9% da população, seguido México com 22,1% .

**Quadro 1 - Programas de transferências condicionadas na America Latina**

<b>País</b>	<b>Programa</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Ano</b>	<b>% população</b>
Argentina	Famílias	2.271.528	2007	5,6
Bolívia	Juancito Pinto	1.200.000	2007	12,5
<b>Brasil</b>	<b>Bolsa Família</b>	<b>46.000.000</b>	<b>2008</b>	<b>23,9</b>
Chile	Chile Solidário	1.024.000	2006	11,9
Colômbia	Famílias em Ação	6.810.000	2008	14,5
Equador	Bônus do Des. Humano	5.000.000	2006	3,4
<b>México</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>25.000.000</b>	<b>2006</b>	<b>22,1</b>

Fonte: Fisbein, Schady, 2009; CEPAL, 2009.

Além dos programas federais muitos programas estaduais e municipais são desenvolvidos buscando atender as necessidades locais da população. Os casos de desigualdade social no Brasil são sérios e necessitam de medidas controladoras eficientes, a união de todos os governos com o objetivo de se criar políticas públicas eficazes seria fator condicionante para o início da mudança. Martins (2008, p. 228), nos auxilia dizendo “Porque só pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a esperança”. Assim, é preciso conviver com a sociedade e a economia,

entretanto, nesta relação, não se sabe quem vale mais se são as pessoas ou as coisas, mesmo nas sociedades pobres e desprotegidas, ou mesmo entre as populações pobres de países ricos, é preciso descobrir formas de associar o modelo capitalista, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida (MARTINS, 2008).

Mesmo verificando a existência de alguns programas assistenciais desenvolvidas para minimizar os problemas de desigualdade social no Brasil, acredita-se que muito ainda falta ser realizado. Sobre esse contexto, Silva e Silva (2010, p. 157) afirmam que:

“[...] no desenvolvimento da Política Social brasileira tem-se um conjunto amplo e variado, mas descontínuo e insuficiente, de programas sociais direcionados para segmentos empobrecidos da população.

De acordo com a autora, as políticas sociais do Brasil estão longe de alcançar as necessidades globais do país, a maioria dos programas encontram-se desvinculados de uma política macroeconômica. Assim, os programas assumem características de reguladores da pobreza (SILVA e SILVA 2010).

Entretanto, os dados do IPEA são positivos, segundo informações extraídas do site, um estudo por realizado por Freitas, publicado em 16 de setembro de 2011:

[...] em 2009, 107 milhões de brasileiros viviam com menos de R\$ 465 per capita mensais. Além disso, os 51% considerados extremamente pobres estavam inativos ou desocupados em 2009. Já entre os pobres o índice era de 40%. A desigualdade social, medida pelo índice de Gini, reduziu 6% nos anos analisados e passou de 0,565 para 0,538. A desigualdade na distribuição de renda, por sua vez, diminuiu 5,6%, enquanto a renda real subiu 28%.

Nesse contexto, é visível as contradições e as formas de interpretação de cada pesquisador sobre as políticas públicas do Brasil.

Diante das abordagens focadas até aqui, é válido expressar que essa parte do trabalho configura-se como uma pesquisa teórica estudando conceitos, reorganizando idéias, contextualizando, analisando e discutindo várias questões em torno do tema central através de recortes de diversos autores para a produção de conhecimento sobre desigualdade social: fatores que condicionaram a desigualdade social no Brasil. Assim, foram abordadas algumas considerações de autores que já pesquisaram sobre o tema em um conjunto de obras (artigos, teses, livros, publicações, sites). Dessa forma, a seguir é apresentado alguns recortes de conclusões das produções pesquisadas sobre a desigualdade social do Brasil advinda de várias áreas do conhecimento e estudos alguns autores que confere uma diversidade de entendimento a cerca do tema.

Ao analisar sobre a atual situação de desigualdade social no Brasil, verificou-se que as idéias conclusivas de Silva e Silva (2010, p. 161) ao analisaram o quadro de desigualdade social no Brasil:

[...] é evidencia significativa persistência da pobreza e da desigualdade social, com diminuição nesses índices, com medidas adotadas a partir da Constituição brasileira de 1988. Tem-se nos últimos anos a possibilidade de superação da indigência, embora a pobreza, mesmo que diminuindo de modo mais significativo do que a desigualdade social, pareça vir sendo apenas administrada e controlada.

Já para Henriques (2011, p. 2-3) conclui seu trabalho afirmando:

A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. Trata-se de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes.

Para Silva e Silva (2010, p. 157), as raízes da desigualdade social estão ligadas a formação histórica e social:

No Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sóciohistórica e econômica da sociedade brasileira.

Pesquisando sobre as Políticas Públicas no Brasil nas análises encontradas na obras pesquisadas deparou-se com críticas direcionadas ao desenvolvimento das políticas através dos programas assistências. Almeida et. al. (2007) visualiza os atuais programas governamentais de transferência de renda continuam a legitimar os mesmos vícios dos tradicionais programas sociais de enfrentamento à pobreza.

Pereira, (1997, p. 53) argumenta sobre a falta de democratização e participação dos cidadãos nos projetos de políticas públicas:

[...] os indivíduos isolados tomam decisões no mercado econômico e no mercado político. Por isso ela exige a participação ativa dos cidadãos; por isso o novo Estado que está surgindo não será indiferente ou superior à sociedade, pelo contrário, estará institucionalizando mecanismos que permitam uma participação cada vez maior dos cidadãos, uma democracia cada vez mais direta; por isso as reformulações em curso são também uma expressão de redefinições no campo da própria cidadania, que vem alargando o seu escopo, constituindo sujeitos sociais mais cientes de seus direitos e deveres em uma sociedade democrática em que competição e solidariedade continuarão a se complementar e se contradizer.

Na mesma linha de pensamento de Pereira, sobre as políticas públicas do Brasil, Heringer (2002, p. 64) conclui seu artigo explicando que:

Ao adotar qualquer tipo de programa de ação afirmativa no Brasil, nós devemos evitar a suspeita de padrões reduzidos ao empregar ou selecionar, e buscar um forte apoio da opinião pública. Este não poder ser visto apenas como um “tema negro”, mas um meio de se buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

Os autores alegam a falta de democratização na tomada de decisão como principal consequência das políticas frustradas de minimização da desigualdade social no Brasil.

Na concepção de Souza (2006, p. 40):

O principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade política e nas instituições regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Conforme visto, nos trabalhos de pesquisa em torno do tema a desigualdade social no Brasil as conclusões convergem para dois focos principais. No que se refere às desigualdades sociais do país, as decorrências são históricas e culturais. Quanto às políticas públicas, da forma com vem sendo desenvolvidas, não estão trazendo muitos benefícios positivos para uma minimização dos problemas sociais do país, e são vistas apenas como reguladores da pobreza.

### **3 SALTO DO JACUÍ: OS PROBLEMAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO**

Salto do Jacuí foi habitado primeiramente por famílias açorianas, e seu desenvolvimento foi bastante lento até por volta dos anos de 1950, quando foi projetada a Barragem do Passo Real. O Município foi privilegiado por ser banhado pelo Rio Jacuí, um dos mais importantes rios do estado do Rio Grande do Sul. Conforme explica Montanger (2003), o Município recebeu o nome do rio e sua maior fonte de riqueza e desenvolvimento, pois foi com a construção da barragem do Passo Real que o município ficou conhecido como “capital da energia elétrica”. As usinas Jacuí e Passo Real, como são conhecidas, trouxeram muito desenvolvimento para o município com a instalação de CEEE – Companhia estadual de energia elétrica, muitas formam as famílias que vieram para Salto do Jacuí para trabalhar nestas usinas.

O Município, foi fundado em primeiro de janeiro de 1983, atualmente, de acordo com o Censo IBGE/2010, possui 11.530 habitantes, sendo que a população urbana é de 8.458 habitantes e a população rural é de 3.077 habitantes. A principal fonte econômica é a agropecuária com a produção de (soja, milho, trigo, criação de gado) e na mineração (extração de pedras preciosas - ágata), e a geração de energia elétrica (Usina Hidrelétrica Leonel Brizola e Usina Hidrelétrica Passo Real).

O Município de Salto do Jacuí também tem muitos problemas de desigualdade social, entre eles se encontra o desemprego. No município não existe muita qualificação e baixa formação educacional, pois para cursar um curso superior tem-se que se deslocar para outros municípios, já qualificação técnica é realizada dentro da cidade com um curso de eletromecânico.

Com o encerramento das atividades da única fábrica de calçados do município, a Irmãos Schmidt Ltda, fábrica esta que produzia única e exclusivamente para importação de calçados para os Estados Unidos, e conforme a Prefeitura Municipal ocorreu a demissão direta de 100 funcionários. Apesar do incentivo de não pagar pelo uso do imóvel, ela fechou suas portas. A empresa alega que forte com a concorrência da China e os custos elevados de tarifas e impostos no Brasil fez que houvesse a transferência geográfica de valores e assim abriu uma nova unidade na Nicarágua, onde os encargos sociais com salários não existem e os custos alfandegários são mais baixos. Outro impacto para o Município foi o fechamento dos garimpos de pedras ágatas. A cidade possui uma das maiores jazidas de pedras ágatas do tipo

umbu, e esta extração já ocorria a mais de cem anos. Mas devido a problemas de irregularidades na extração, como algumas minas estavam em Áreas de Preservação Permanentes (APPs), foram cessados os serviços de mineração e conforme a Prefeitura Municipal, mais de 500 trabalhadores de forma direta ficaram sem atividades. Calcula-se que este número chegue a dois mil de forma indireta.

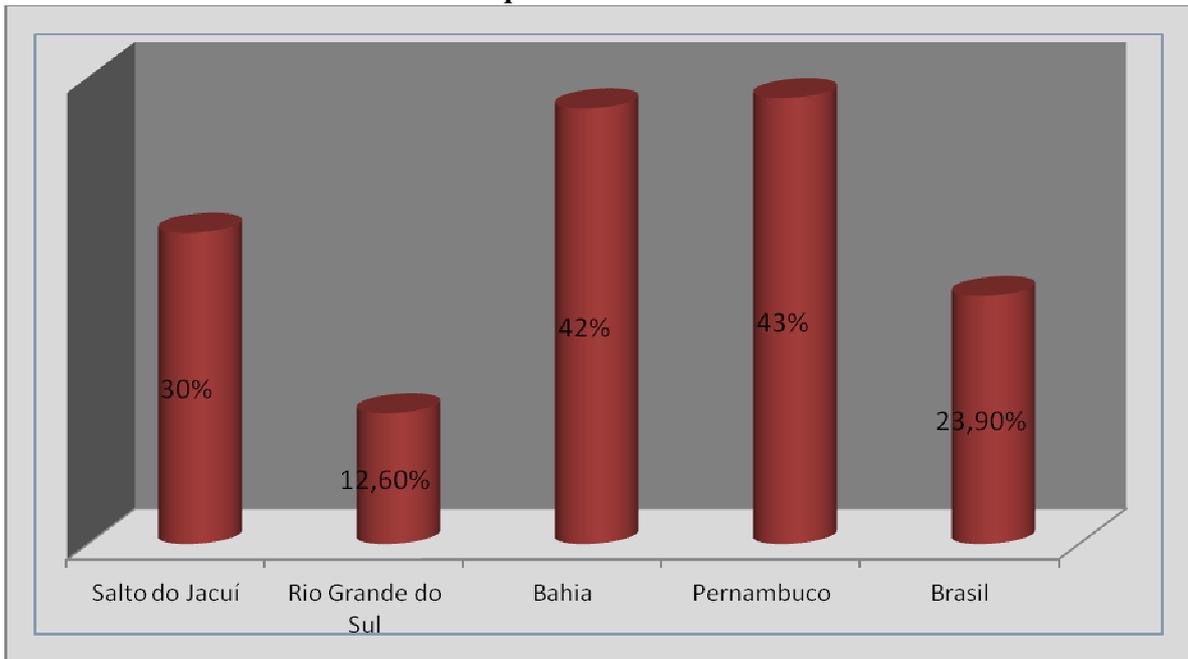
De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que foi desenvolvido e calculado em parceria pelo Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada (IPEA) o IDH-M gerou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice envolve três dimensões (Educação, Longevidade e Renda). O Município de Salto do Jacuí segundo dados do IBGE 2000, apresenta um IDH de 0,749 enquanto que no Brasil esse índice é de 0,718 e no Rio Grande do Sul o IDH é de 0,814. Segundo informações do Atlas sócio econômico, os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto, assim o Município de Salto do Jacuí está enquadrado como um município de médio desenvolvimento humano.

Segundo dados do FEE – Fundação de Economia e estatística o Município de Salto do Jacuí apresentava no ano de 2010 uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 8,57 % e a expectativa de vida ao nascer em 2000 era de 68,02 anos.

Muitas famílias no município são atendidas pelo programa Bolsa Família do Governo Federal, em sua lista de beneficiários de Salto do Jacuí no mês de maio de 2012, constava 1.140 famílias beneficiárias.

O gráfico 4 mostra o percentual de famílias beneficiadas com o auxílio Bolsa Família no Brasil, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Salto do Jacuí. Pode-se perceber que o percentual de famílias na cidade do Salto do Jacuí é bem mais elevado chegando a 30% das famílias, enquanto que no Rio grande do Sul é de 12,6% e no Brasil é de 23,9% das famílias. Mas na região nordeste como no caso de Pernambuco e Bahia este percentual passa de 40%.

Gráfico 5 – Percentual de Famílias que recebem o auxílio Bolsa Família



Fonte: IBGE, (2010).

Elaboração do Autor

O Bolsa Família, segundo informações do site do Ministério de Desenvolvimento Social possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. De acordo com Silva e Silva (2010, p. 159): “Muitos estudos têm procurado dimensionar o impacto do Bolsa Família, evidenciando uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país desde 2001”. Sobre os pontos positivos do programa Barros et al. (2007a) apontam que o Índice de Gini, uma das medidas da desigualdade mais usadas no mundo, registrou declínio de 4,6% no Brasil, passando de 0.594 em 2001 para 0.566 em 2005. Esse foi o maior declínio da desigualdade nos últimos 30 anos. (SILVA E SILVA, 2010).

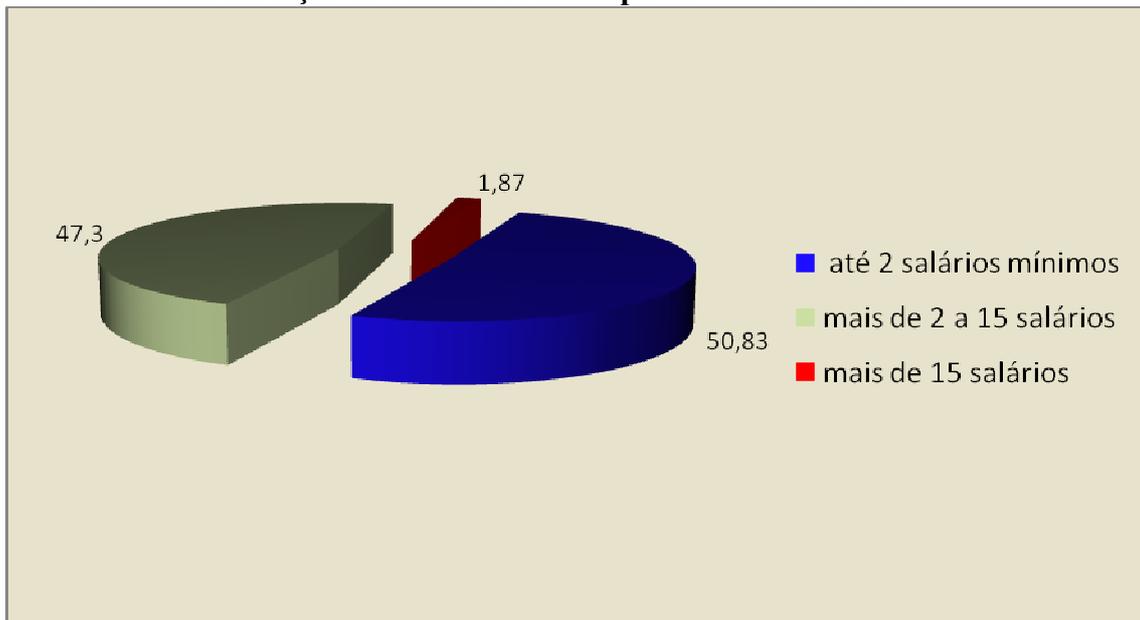
Com critério de seleção para o Bolsa Família tem-se como base as informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais. O Cadastro é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Com base nas informações inseridas no Cadastro Único, o MDS

seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. O critério principal é a renda familiar por pessoa.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

A desigualdade social no Município de Salto do Jacuí, é visível, pode-se perceber essa questão, observando como acontece a distribuição de renda no Município. Conforme dados do IBGE, 2010, do total da população do Município de 11.530 habitantes, apenas 1,87 % recebem mais de 15 salários mínimos. Por outro lado, 47,3% da população do município recebem até dois salários mínimos.

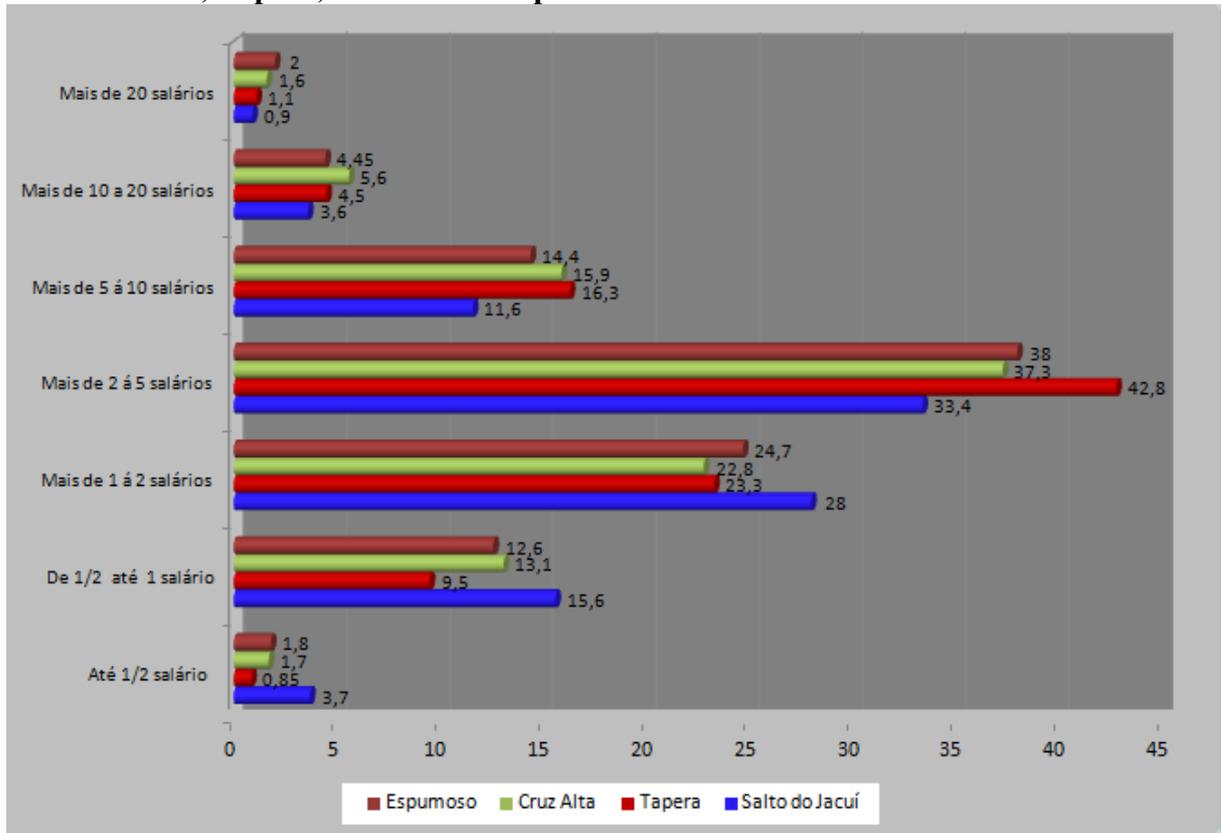
**Gráfico 6 – Distribuição de renda no Município de Salto do Jacuí**



Fonte: IBGE (2010). Elaboração do Autor

Ao analisarmos a distribuição percentual por classe de rendimento mensal familiar per capita do Município Salto do Jacuí, Tapera, Cruz Alta e Espumoso temos os dados expresso no gráfico 7.

**Gráfico 7 – Rendimento mensal familiar per capita: comparativo entre os Municípios de Salto do Jacuí, Tapera, Cruz Alta e Espumoso**



Fonte: IBGE (2010), Elaboração do Autor

Os dados expressos no gráfico 7, mostram um comparativo entre os rendimentos dos Municípios da região, no Município do Salto do Jacuí ao somarmos os dados da renda familiar per capita que recebem de  $\frac{1}{2}$  a 2 salário mínimo temos que 47,3% da população estão enquadradas nessa renda. Já no Município de Tapera, 33,3% recebem até 2 SM e em Cruz Alta, a soma é de 37,6% ganham até 2 SM e no Município de Espumoso temos 39,1% do total da população que recebem até 2 SM. Já no outro topo do gráfico podemos verificar que os valores expressos mostram que quem recebe mais de 10 SM no Município de Salto do Jacuí é de 4,6%, no Município de Tapera é de 5,56%, no Município de Cruz Alta é de 7,2% e em espumoso é de 6,45%. Assim, Salto do Jacuí está com uma população de quem recebe até 2 SM, bem maior que os outros Municípios da região. Se olharmos os extratos mais altos, percebemos que Salto do Jacuí está com valores bem menores com 0,9% da renda familiar per capita acima de 20 salários mínimos, pouco abaixo com relação aos outros municípios com valores de 1,1% em Tapera, 1,54% em Cruz Alta e 2% em Espumoso.

Assim podemos verificar que o Município de Salto do Jacuí existe uma população bem maior com rendimentos de até dois salários mínimos, se comparados a outros municípios

da região, um dos motivos que leva esta baixa renda é a falta de indústria no município, e com o fechamento da única fábrica que existia no município, e a proibição da mineração das pedras ágatas a tendência é houve um aumento da população com a baixa remuneração.

## 4 CONCLUSÃO

Após realizar as diversas etapas deste trabalho de pesquisa sobre desigualdade social: fatores que condicionaram a desigualdade social no Brasil e como o município de Salto do Jacuí está inserido neste contexto, pode-se dizer que a desigualdade social no Brasil tem muitas consequências históricas, e dificilmente se conseguirá (re) equilibrar a distribuição de renda e diminuir as desigualdades sociais do país com as políticas públicas que vem sendo desenvolvidas. Percebeu-se que o país passou por uma transformação política, econômica e social ao longo de sua formação territorial e muitos ficaram a margem desse desenvolvimento.

### 4.1 Quanto aos objetivos da pesquisa

Os resultados apurados nas diversas etapas da pesquisa indicam que os objetivos inicialmente propostos foram alcançados, assim como a resposta a problemática da pesquisa, pois pode-se compreender alguns fatores históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a situação de desigualdade social no Brasil vivenciada atualmente.

Dessa forma, foi identificado a realidade e os problemas sociais do Município de Salto do Jacuí/RS. Verificou-se que no Brasil as condições de desigualdade são evidentes, pois o Brasil é uns dos primeiros colocados em má distribuição de renda, apresenta um coeficiente de Gini entre 0,50 e 0,54, sendo que os países melhor classificados em distribuição de apresentam coeficiente entre 0,20 a 0,50. Outro dado de desigualdade social é quanto a renda em salários mínimos pagos no Brasil onde foi mostrado que 78,2% da população brasileira recebe de  $\frac{1}{2}$  até dois salários mínimos, isto representa mais de dois terços da população brasileira.

Com relação ao salário mínimo também ficou evidenciado o baixo valor do mesmo para a manutenção das despesas dos brasileiros. De acordo com o valor calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor mínimo necessário corresponde a 4,32 vezes o valor do salário em vigor. Assim, para o brasileiro conseguir suprir suas despesas de alimentação saúde, moradia, educação, transporte e lazer, o salário mínimo teria que somar um valor de R\$ 2.349,26.

Com relação ao programa Bolsa Família verificou-se que o mesmo trata-se de um tipo de política pública criado com o auxílio do IPEA - para minimizar os problemas de distribuição de renda no país e as situações de extrema pobreza dos brasileiros. O bolsa família é um dos programas sociais que mais se destaca no país com uma transferência de renda que varia de R\$ 32,00 à R\$ 306,00 por família dependendo do número de dependentes. Mesmo sendo um programa social com milhões de beneficiários e muitos recursos disponibilizados, acredita-se que não é a melhor forma de conseguir diminuir os níveis de desigualdade social do país. Sobre nosso ver, entendemos o programa, como uma mera forma de solucionar temporariamente o problema da miséria e da pobreza, mas está longe de trazer possibilidades de desenvolvimento e crescimento para as classes menos favorecidas. Ao invés de “esmolas” o brasileiro precisa de educação, maiores investimentos na agricultura, na geração de emprego, um salário digno, ver os resultados de seus impostos serem aplicados em projetos educacionais e de geração de emprego e renda capazes de trazer algum tipo de crescimento.

Durante a pesquisa também foi possível verificar-se que o Município de Salto do Jacuí, está quase equiparado aos níveis e problemas de desigualdade social do País. Os fatores que levaram o Município a tais condições econômicas são também reflexos dos fatores que condicionaram o país. Somam-se as desigualdades sociais do Município as questões mais históricas e os fatos recentes como a o encerramento das atividades da única fábrica de calçados do município, onde ocorreu a demissão direta de 100 funcionários. Ainda os impactos econômicos provocados a partir do fechamento dos garimpos de pedras ágatas onde mais de 500 trabalhadores ficaram sem atividades.

O nível de desigualdade social do Município ficou evidenciado de forma mais clara ao identificar-se que 1,87% da população recebem mais de 15 salários mínimos, enquanto que 47,3% da população recebem até 2 salário mínimo . Outra evidencia da desigualdade social foi verificada quando observou-se que em uma população de 11.530 habitantes 1.140 famílias são beneficiadas com recursos do programa bolsa família representando em média cerca de 3.120 pessoas, ou seja, 27,5 % da população.

## **4.2 limitações e questões para futuras pesquisas**

Diante da amostra utilizada para pesquisa pôde-se dizer que o trabalho não poder ser generalizado a Municípios da região de Salto do Jacuí. Também não significa que os indicadores econômicos e os fatores históricos analisados nessa pesquisa trazem verdades absolutas sobre a situação de desigualdade social do país.

Como proposta para as próximas pesquisas envolvendo o tema, fica como sugestão a realização de uma investigação mais detalhada junto a assistência social do Município com uma pesquisa de campo com todos os programas assistenciais desenvolvido e as transferências de recursos para atender a população de baixa renda de Salto do Jacuí. Com isso de forma geral poderiam surgir novos conhecimentos práticos sobre o tema e de modo específico buscar dados complementares que evidenciem a desigualdade social do Município.

## **4.3 Implicações pessoais da pesquisa**

Como última análise fica o anseio de que os agentes políticos e órgão federais tomem consciência da importância de desenvolver programas sociais voltados para a geração de emprego, programas educacionais, investimentos para ampliar o setor agrícola estes sim capazes de oferecer condições de trabalho e vida digna aos brasileiros. As políticas públicas assistenciais são importantes, contudo, estão trabalhando como controladoras dos problemas de pobreza e miséria no país e não como fontes de possibilidade de redução dos problemas de desigualdade social do país.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de; XAVIER Sandra Magda Araújo de Almeida. ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro de. **O debate temático sobre os programas sociais de enfrentamento à desigualdade social:** uma análise do estado da arte sobre pobreza na Paraíba/Brasil. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/29ffef792606a307adc3Bernadete\\_Sandra\\_Geniely%20Ribeiro%20Assun%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/29ffef792606a307adc3Bernadete_Sandra_Geniely%20Ribeiro%20Assun%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 10 abr. 2012.

BACHA, Edmar Lisboa. **Os mitos de uma década:** ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BARROS, RP; MENDONÇA, R. O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade Sobre a Pobreza. IPEA. Texto para Discussão. 528. 17 p. Rio de Janeiro, novembro de 1997.

BRÍGIDO, Carolina. ONU: Brasil tem o 3º pior índice de Gini do mundo A reportagem é de e publicada pelo jornal O Globo, 23-07-2010. Disponível em: <<http://processocom.wordpress.com/2010/07/27/onu-brasil-tem-3%c2%ba-pior-indice-de-gini-do-mundo/>>. Acesso em 10 abr. 2010.

BRESSER P. L. C. O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Revista Dados, Rio de Janeiro, n. 11, p. 122-145, 1973.

BRESSER, P. L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.** 5 ed. São Paulo: Edição, 2003.

CAMARGO, Orson. Desigualdade social (2011). Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>. Acesso em 21 out. 2011.

GARCIA, R. C. **Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento.** IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra e SOUZA Luiz Eduardo de. O processo de substituição de importações. São Paulo: LCTE, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Brasil: A Construção Interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HERINGER Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil:** síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65,

2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2012.

HENRIQUES, Ricardo. **Desnaturalizar** a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil (2011). Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/introducao.pdf>. Acesso em 25 abr. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005). Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 7, ago. 2008.

JAGUARIBE Helio. No limiar do século 21. Artigo Publicado no jornal Folha de S.Paulo (01/08/2008). Disponível em: <http://portal.pps.org.br/portal/showData/100221>. Acesso em 21 out. 2011.

JR. Cardoso, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. Disponível em: <[http://florencioaugusto.com/documentos/pol\\_ticas\\_sociais\\_no\\_brasil.pdf](http://florencioaugusto.com/documentos/pol_ticas_sociais_no_brasil.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed: Atlas, 1991.

LIMA Saulo de Castro. Da substituição de importações ao Brasil potência: Concepções do desenvolvimento 1964-1979. Aurora ano V número 7. Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4castrolima34a44.pdf>>. Acesso em: 04 de maio. 2012.

LINHARES, M. Y. História Geral do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

MAFFEZOLI, Lineu Carlos. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social Políticas Públicas Municipais: Reflexões sobre um padrão de Políticas Sociais Ativas. Disponível em: <[http://www.sep.org.br/artigo/9\\_congresso\\_old/ixcongresso87.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso87.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

MONTAGNER, Carla Luiza. **Salto do Jacuí**: de potrerinho a capital de energia elétrica. Gráfica Gespi: Tapera, 2003.

OLIVEIRA, Laércio Rodrigues de. As repercussões do acordo com o FMI sobre os ajustes da economia brasileira. Pesquisa & debate, São Paulo, volume 17, número 1 (29) p.79-102, 2005. Disponível em:

[http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(29\)laercio\\_rodriguez.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(29)laercio_rodriguez.pdf). Acesso em 04 de maio. 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Caderno 1. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília - DF / 1997. Disponível em: <  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno01.PDF](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF)>. Acesso em: 04 maio 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano – 2005. Brasília: PNUD, 2006.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katálysis**, vol. 13, núm. 2, jul/dez, 2010, pp. 155-163.

SOUZA, Celina. Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:<  
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 04 de maio, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade (2002). Disponível em: <  
[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2011.

VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil**: Considerações sobre a construção interrompida. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.